

# ROSA LUXEMBURGO E POUGET: NOTAS PARA A GENEALOGIA DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E SEU PAPEL NO PENSAMENTO POLÍTICO LIBERTÁRIO

## ROSA LUXEMBURG ET POUGET: QUELQUES NOTES POUR LA GÉNÉALOGIE DU SYNDICALISME RÉVOLUTIONNAIRE ET SON RÔLE DANS LE PENSÉE POLITIQUE LIBERTAIRE

*Felipe Luiz<sup>1</sup>*

**Resumo:** O objetivo de nosso trabalho é esboçar uma genealogia do sindicalismo revolucionário, especialmente da noção de *greve geral*, sobretudo por meio dos trabalhos de Émile Pouget, eminente sindicalista francês, remetendo-nos também às disputas entre M. Bakunin e K. Marx na Primeira Internacional. Elaboraremos uma comparação com a noção de greve de massas, tal qual desenvolvida por Rosa Luxemburgo, e breve discussão relativamente às diferenças entre estratégias revolucionárias anarquistas e marxistas. Para tanto, lançamos mão do método genealógico de caráter foucaultiano, e analisamos alguns processos de luta, na França, Inglaterra, EUA e Rússia, alguns tendo redundado em eventos revolucionários, outros em reivindicações mais reformistas. Assim, fazemos um passeio pela história do movimento operário, ancorados em documentos, como manda a tradição genealógica que vai de Nietzsche a Foucault, expondo razões, sujeitos, lutas e estratégias.

**Palavras-chave:** sindicalismo revolucionário. Rosa Luxemburgo. história do marxismo. história do anarquismo.

**Résumé:** La finalité de notre recherche est de comparer la théorie de la grève générale avec la théorie de la grève de masses. La première nous conduit au sein de la Association Internationale des Travailleurs, surtout aux différences entre Mikhail Bakounine et Karl Marx, mais aussi aux syndicalistes français du début de la Troisième République, tel quel Émile Pouget, très méconnu au Brésil; la deuxième a été développée par Rosa Luxemburg au cours de le premier quartier du XX siècle. Notre intention est de tracer une première entendement de cette thématique, en envisagent l'élaboration d'une généalogie du syndicalisme révolutionnaire.

**Mots-clés:** Syndicalisme révolutionnaire. Rosa Luxemburg. histoire du marxisme. histoire de l'anarchism.

### 1. INTRODUÇÃO E SITUAÇÃO DO PROBLEMA

A história do socialismo, bem como do movimento operário em geral, é repleta de polêmicas e divergências que expressam as distintas perspectivas, sejam elas de origem tática, estratégica e, também, como não poderia deixar de ser, teóricas, propriamente falando. Assim sendo, é nosso fito explicar acerca de uma destas discussões que, embora não seja das mais conhecidas, é, sem dúvidas, umas das mais importantes, dado que desnuda as facetas que opõem as principais correntes contemporâneas do socialismo. Trata-se das discussões iniciadas, ou, melhor posto, continuadas pela famosa revolucionária marxista polonesa Rosa Luxemburgo em um texto deveras conhecido,

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia na FFC-UNESP/Marília.

*Greve de Massas, partido e sindicato*, contra o anarquismo, mais claramente, contra o sindicalismo revolucionário francês, encarnado na CGT<sup>2</sup>.

Pretendemos situar o texto de Rosa face aos escritos de um autor libertário, tão desconhecido quanto central: Émile Pouget. Francês, sindicalista, anarquista, Pouget teve ampla atuação em seu período histórico, tendo sido uma dos elementos dos mais atuantes nas lutas operárias de então. Destaca-se não só como um *estratego* de primeira linha e grande vigor, mas também como uma dos primeiros signatários da *Carta de Amiens* (1906), um curto documento, desconhecido da maior parte do público, mas, tal qual Pouget, nodal para o desenvolvimento do sindicalismo em geral e para o sindicalismo revolucionário em específico. Há de se citar também que Pouget foi um dos fundadores da CGT, organismo sindical de massas, até hoje existente, diga-se de passagem, e que tanto influenciou os trabalhadores mundo afora nas formas, estratégias e táticas de luta do trabalho contra o capital.

A própria ausência de Pouget nas discussões socialistas de modo geral, especialmente no Brasil, e seu quase desconhecimento fora de restritos círculos anarquistas, libertários e de alguns eruditos da Academia, nos indica de antemão a quem se costuma dar razão nesta disputa entre as ramas do socialismo. Os escritos de Rosa são bastante divulgados, mesmo que não em sua totalidade, e sua figura é comemorada por quase todas as matizes políticas, seja de maneira consequente, seja de modo oportunista; até mesmo alguns liberais a observam com admiração, conforme nos indica Isabel Loureiro em sua sucinta história da revolução alemã (LOUREIRO, 2004), sem dúvida a domesticando para seus próprios fins. Pouget, ao contrário, permanece no limbo, com suas principais obras ou ainda sem tradução ou com traduções tão antigas quanto raras, o que dificulta bastante sua apreciação completa. Buscaremos contribuir para reparar estas injustiças históricas, cujas origens situam-se no próprio declínio do anarquismo enquanto práxis revolucionária, esmagado de uma lado pelo estalinismo, de outro pelo fascismo — inclusive sob a forma de sindicalismo estatal inspirada na *Carta del Lavoro* de Mussolini — e, sem dúvidas, por suas próprias fraquezas internas. Lançaremos mão de alguns textos de Pouget, bem como de muitos textos de apoio, buscando explicitar as diferenças entre os dois autores, e as duas correntes nas quais se inseriram, com o objetivo de mostrar uma mesma posição relativamente aos sindicatos e seu papel, bem como das teorizações táticas e estratégicas acerca da função da greve enquanto meio de luta do operariado.

Além do que, este artigo insere-se em um trabalho teórico de mais longo alcance, no qual tentamos elaborar uma genealogia do sindicalismo revolucionário. Esta empreitada teórica, embora ainda engatinhe, encontra-se no patamar de delinear

<sup>2</sup> *Confédération Générale du Travail*, Confederação Geral do Trabalho; primeira central sindical francesa.

melhor 1. O que é o sindicalismo; 2. O que o sindicalismo revolucionário; 3. As polêmicas desenvolvidas em torno; 4. A ligação do sindicalismo com o anarquismo. Posteriormente, teremos de *acontecimentalizar* cada um dos pontos assinalados, observando a questão da produção discursiva, a fim de empreender uma série histórica coesa, que mostre a *emergência* e a *proveniência* do sindicalismo revolucionário, tal qual nosso título já indica de antemão.

## 2. A SITUAÇÃO DO OPÚSCULO: A POLÊMICA DE ROSA E A SOCIAL-DEMOCRACIA

*Greve de Massas Partido e sindicato* foi escrito em 1906 por uma Rosa que se encontrava inteiramente envolta nas lutas intestinas da social-democracia alemã e da II internacional. O opúsculo busca debruçar-se sobre os recentes fatos da primeira revolução russa (1905-06), confrontando teorias e práticas. Não sem razão: a exceção de processos marginais, a primeira revolução russa é a principal a ocorrer na Europa desde o massacre dos *communards* de Paris, *nata* do operariado francês e europeu, sob as baionetas e canhões Krupp dos prussianos, o que desataria na formação do próprio estado alemão.

O cerne da polêmica envolve, dados nossos objetivos, a oposição entre a *Teoria da Greve de Massas*, impulsionada por Luxemburgo e, desde o Congresso de Jena, ocorrido em 1905, pelo SPD<sup>3</sup>; e a *Teoria da Greve Geral*, cujas origens remontam à ala libertária da AIT<sup>4</sup>, posteriormente à Internacional de Sain-Imier e que toma corpo nas tintas dos sindicalistas revolucionários franceses, como F. Pelloutier, E. Pouget, Pataud, G. Sorel, E. Berth, etc, conforme veremos no correr do artigo. Portanto, trata-se de um debate de táticas e de estratégias.

Contudo, a bem da verdade devemos explicitar que não é somente aos anarquistas que Rosa busca combater, o que nos impõe uma pequena digressão, pois é sobremaneira à própria social-democracia alemã e internacional que Rosa mira suas críticas. Lembremo-nos das alas da social-democracia: o *revisionismo*, o *reformismo*, o *centro marxista* e a *esquerda*. Esta divisão, proposta por E. Mathias (1988) é a nosso ver a mais acertada; há de se distinguir reformistas e revisionistas, dado que o revisionismo tem um caráter teórico claro, que pode ser expresso na máxima de seu grande expoente, Bernstein, segundo a qual “o movimento é tudo, o objetivo nada”, ao passo que os reformistas quase nunca se interessavam pelos debates teóricos; a maior parte dos sindicalistas alemães enquadravam-se não enquanto revisionistas — tendência combatida por Rosa em outro opúsculo bastante difundido e ao qual ela deve muito

<sup>3</sup> *Sozial-Demokrat Partei Deutschlands*, Partido Social-Democrata Alemão; surge da fusão entre as duas alas do movimento operário alemão, a lassaliana, e a ala que orbitava em torno de A. Bebel e W. Liebknecht, mais próxima da dupla Marx-Engels.

<sup>4</sup> Associação Internacional dos Trabalhadores. Trata-se da I<sup>a</sup> Internacional.

de sua fama, *Reforma e revolução* — mas enquanto reformistas, embora dentre estes há de se contar Vollmar e Auer (secretário do SPD), dentre outros, que representavam diretamente a direita da social-democracia alemã.

O *centro marxista* tinha em K. Kautsky seu grande ícone e teórico, e em A. Bebel, um dos fundadores do SPD e da II Internacional, seu militante maior. Outrora discípulo pessoal de Engels, assim como Bernstein, após a morte daquele, Kautsky gozou da fama de ser o maior teórico do marxismo, garantindo amplo respeito nos círculos social-democratas, inclusive daqueles que mais tarde o combaterão, caso do próprio Lênin. Buscando mesclar a teoria marxista com uma visão evolucionista do conjunto do processo socio-histórico — uma espécie de *materialismo histórico-biológico* (MATHIAS, 1988, p. 36) —, além de ser apontado como um dos formuladores do *marxismo*, enquanto doutrina unitária, Kautsky era pacifista, o que vem a reforçar seu evolucionismo, crendo, pois, em um processo revolucionário suave, lento, biologizado.

O central da teoria kautskiana, segundo Mathias, é a formulação de uma *doutrina da integração*. Vejamos, Kautsky acreditava que era em torno das táticas que se forjava a unidade do partido. De seu fatalismo histórico evolucionista decorria uma posição democrático-burguesa, segundo a qual os trabalhadores e suas organizações deveriam mais e mais se imiscuir na sociedade burguesa, com o fito de pô-la abaixo, na suave trilha de plumas rumo ao socialismo: trata-se, pois, da construção da *democracia proletária*, por Kautsky entendida como um regime parlamentar, em um *Reichstag*<sup>5</sup> dominado por deputados de origem operária. Esse mesmo fatalismo levava a outras conclusões; como a revolução é inescapável, decorre que ela se produz, não é feita; com isto, o papel da teoria marxista nada mais seria senão de diferenciar o SPD, de modo que a tarefa revolucionária por excelência seria a construção do partido, o que, na prática, dava mais força ao *centro*, composto pelo grosso da burocracia e dos sindicalistas reformistas, refratários aos debates teóricos estratégicos. Paul Mattick, um tanto mais áspero que Mathias, não tem papas na língua e vê nesta ideologia da integração um grave erro: “ciência para os operários, escolas para os operários, participação operária em todas as instituições da sociedade capitalista, eis os desejos reais do movimento operário” (MATTICK, 1988, p. 18), sendo Kautsky seu ideólogo mais fiel em teoria, e mais covarde que Hitler, em termos da aplicação de um programa social-democrata na prática.

Deve-se compreender que tanto a ala esquerda do SPD quanto a ala revisionista atuaram no sentido da busca pela unidade entre teoria e prática. De um lado, embora o discurso da social-democracia fosse revolucionário, de outro sua prática era claramente orientada segundo a *Realpolitik*. É em nome deste realismo político que

<sup>5</sup> Parlamento do Império alemão.

Bernstein propõe o abandono das teses revolucionárias, em benefício de uma teoria que abrangesse a atuação concreta do partido; na outra ponta, é para que o SPD adeque sua prática à teoria revolucionária, abandonando o reformismo que o guiara, se não desde sua criação, ao menos desde a derrocada das leis anti-socialistas, que Rosa, K. Liebknecht, F. Mehring, etc., buscavam atuar. Nesta disputa, o *centro marxista* buscava manter o partido tal qual era, pois compreendiam o processo histórico de modo fatalista, tomando o socialismo como inevitável, e, por outro lado, compreendendo a necessidade da teoria marxista como meio de diferenciar o SPD dos demais partidos adeptos da *política do possível* na Alemanha de então; ou seja, alinhando um esquerdismo teórico com um reformismo prático: eis a origem do termo *centrismo*. Nisto, Kautsky contava com o apoio nada desprezível de A. Bebel. É por sua ideologia da integração, que, ao conseguir unificar, bem ou mal, os interesses da maior parte do SPD, seja parcial ou totalmente, o kautskismo tornou-se a teoria por excelência de toda a velha social-democracia do pré-guerra. Lembremo-nos que Rosa e Kautsky foram aliados de primeira hora na luta contra o revisionismo bernsteiniano, e que Kautsky apóia a moção de Rosa no Congresso de Jena favoravelmente à greve de massas como tática *possível*.

Rosa, pois, ao escrever *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*, tem em vista o combate a estes sindicalistas burocratas, tementes da auto-organização das massas, bem como a direita do partido e também ao *centro*. Ao mesmo tempo, a dar razão a Guérin (s.d.), a crítica de Rosa ao anarquismo e aos sindicalistas revolucionários franceses é tão áspera com o objetivo de prevenir-se de sofrer os destinos dos *Die Jugen* (Os jovens) e de Johann Most, expulsos do SPD em fins de século XX, sob o pretexto de ultrasquerdismo, leia-se anarquismo, sendo Rudolf Rocker, posteriormente central ao anarquismo alemão, um dos expulsos na leva do *Die Jugen*; note-se que o próprio Marx combatera Most e suas “frases revolucionárias” (LENIN, 1979, p. 11), no contexto da luta contra as leis anti-socialistas alemãs (GUÉRIN, s.d.).

### 3. O BALANÇO DOS EVENTOS RUSSOS E A TEORIA DA GREVE DE MASSAS

Em 1873 F. Engels escreveu um pequeno memorial intitulado *Os bakunistas em ação*, publicado no *Vorwärts*, órgão da social-democracia alemã, no calor da expulsão de Bakunin e Guillaume da AIT. Neste texto, ele empreende um balanço da revolução republicana espanhola, que havia acabado de cessar, centrando sua análise na crítica à atuação dos anarquistas, então todos bakuninistas<sup>6</sup>, e notadamente ao papel a

<sup>6</sup> Nem o anarco-comunismo nem o anarcossindicalismo, tampouco o sindicalismo revolucionário, haviam se desenvolvido quando de então, ou seja, todos os anarquistas eram bakuninistas (ou bakunistas, como os chama Engels), isto é, coletivistas. Dos dois últimos traçaremos um breve relato no correr do artigo. Quanto ao anarco-comunismo, ele somente se desenvolverá após a morte de Bakunin (1876), sobretudo pelos esforços da antiga Federação Jurassiana da AIT. É no Congresso de La-Chaux-de-Fonds, em 1880, que esta Federação adere ao anarco-comunismo. Observe-se, contudo, que o ano da morte de Bakunin é também

desempenhar a greve geral no processo revolucionário, algo deveras central para o pensamento da ala libertária da AIT, tal qual veremos mais adiante.

Contextualizando a situação espanhola, Engels propõe-se a desfiar a *fraseologia revolucionária* (sic) dos anarquistas, quer dizer, a defesa visceral feita por Bakunin da revolução social; conquanto Engels, bem como toda a ala marxista da Internacional, defendiam uma revolução política. Assim, o primeiro passo de Engels é apontar as falhas dos anarquistas ao não participar no processo eleitoral, o que, segundo ele, redundou em uma assembléia constituinte sem a presença de deputados operários. A posição abstencionistas dos *aliancistas*<sup>7</sup> fez com que o operariado elegeisse os burgueses mais radicais. Ao invés de buscar participar no parlamento, eles, os aliancistas, buscaram levar adiante um processo de greve geral, aproveitando-se das disputas entre as duas ramas do monarquismo espanhol, os afonsinos e os carlistas ultra-realistas; bem como das divisões que sangravam o republicanismo, com republicanos intransigentes e radicais se digladiando.

Fustigando impetuosamente os aliancistas, Engels utilizava uma fórmula política para julgar a greve geral como elemento motor da revolução social. Observando com razão a origem cartista<sup>8</sup> da greve geral, o companheiro de Marx a põe na seguinte encruzilhada: para a greve geral é necessária organização; ora, ou bem os operários estarão tão bem organizados que a greve geral não será necessária enquanto método de luta — talvez a revolução já tenha sido feita, ele observa—, ou eles não terão organização suficiente para levá-la adiante, especialmente se se considerar que o patronato e o estado nunca permitirão que o proletariado se organize tão maciçamente. Tornaremos nesta

---

o ano da chegada de Kropotkin à Europa Ocidental, o qual destacou-se pela defesa do comunismo anarquista. Contudo, em 1876 outros grandes nomes do anarquismo, como J. Guillaume, A. Schwitzguébel, e E. Réclus, também aderem ao princípio comunista (MALATESTA, E., FABBRI, L.; *Anarco comunismo italiano*, SP: Luta Libertária). É mister ressaltar que não se deve confundir comunismo com marxismo. Nunca é demais insistir que comunismo refere-se preferencialmente a um princípio de gestão econômica, e não a um conjunto de teses metodológico-filosóficas, como muitos crêem. A adoção do nome *comunista* pelos marxistas remonta ao famoso texto de Lênin *Teses de Abril* (1917) e, posteriormente, torna-se um dos pontos a serem cumpridos pelas organizações pretendentes ao ingresso na Internacional Comunista, conforme exposto nas *Condições para adesão a IC* (1919). Até então, os marxistas eram conhecidos ou por este nome mesmo, ou por social-democratas ou, senão, por socialistas. Os comunistas eram os anarquistas. Para maiores detalhes ver FABBRI, L. *Anarquismo ou comunismo científico?* (mim., s.l., s.d.), panfleto elaborado em resposta a um artigo de mesmo nome escrito por N. Bukhárin. Sinteticamente, comunismo é o nome de um princípio de gestão econômica, expresso na máxima “de cada segundo suas possibilidades a cada segundo suas necessidades”; já o coletivismo propugna a noção segundo a qual as ferramentas e máquinas de trabalho, bem como a terra, devem ser coletivizadas, conquanto a retribuição das mercadorias dar-se-á segundo a produção de cada qual, observado a responsabilidade da sociedade no sustento das crianças, dos velhos, dos doentes e impossibilitados em geral. No seio da AIT, propostas comunistas e coletivistas rivalizavam a preferência do operariado.

<sup>7</sup> De *Aliança da Democracia Socialista*. Bakunin defendia um duplo nível de atuação, primeiramente em um organismo de massas, como o sindicato ou a AIT, mas também defendiam uma organização própria dos revolucionários que atuassem no nível político. A ADS era a entidade de nível político que atuava na entidade de nível social, a AIT. Sua atuação era secreta e a descoberta de sua existência foi um dos motivos que redundaram na expulsão de Bakunin e J. Guillaume da Internacional sob a batuta de Marx, Engels, P. Lafargue, dentre outros.

<sup>8</sup> O cartismo foi um movimento do operariado inglês centrado em uma série de reivindicações expressas na *Carta do Povo* (*People's Chart*), escrita em meados de 1830. A Carta é composta por seis pontos, invariavelmente orbitando o sufrágio universal e as condições de seu exercício (Cf. ROCKER, 1978, p. 16-25).

questão, vendo tanto a resposta de Rosa quanto como Bakunin já respondia a Engels antes mesmo dele formular esta encruzilhada.

Engels prossegue suas críticas: assume o governo central em Madri Pi y Margal<sup>9</sup>, republicano socialista. Sem contar com o apoio dos aliancistas — já fortes após a militância de A. Lorenzo e G. Fanelli, libertários com atuação prévia em Espanha —, Pi vê-se diante de um levante dos republicanos intransigentes na Andaluzia, ao qual os anarquistas respondem com um chamado à greve geral. Mesmo sem o apoio dos operários de Barcelona, já então o maior centro industrial da Península, o levante obtém sucesso em inúmeros burgos; Pi y Margal, sem sustentação demite-se, e o levante é afogado em sangue. Aqui a crítica de Engels dirige-se ao fato dos anarquistas terem constituído Comitês de Salvação Pública, como mecanismos de ação revolucionária, o que ele entende como o governo de um estado; ou seja, os anarquistas teriam contradito sua teoria antiestatal com uma prática estatista. Do mesmo modo, tendo por pano de fundo a crítica ao federalismo libertário, Engels critica o fato dos anarquistas não terem conseguido unificar o movimento em todo o país; e por terem se rendido em troca de anistia após tomarem o burgo de Alcoy<sup>10</sup> e estarem cercados pelas tropas do general Velarde. “Concluimos disto que a) diante de uma revolução os bakunistas abriram mão de ponto a ponto de seu programa [...] Numa palavra, os bakunistas espanhóis deram-nos um exemplo de como não se deve fazer uma revolução” (ENGELS, 1979, p. 126).

Rosa partirá do dilema engelsiano acerca da greve geral para propor o balanço do movimento grevista russo e, assim, buscar enterrar a teoria da greve geral anarquista de um lado, rever a sua própria teoria da greve de massas, por outro, e combater a imobilidade dos sindicalistas alemães e de toda a direita do SPD. Primeiramente porque Rosa pensa que o dilema de Engels fez com que a social-democracia se tornasse lassa com relação à greve enquanto arma de luta. Para Rosa, os fatos russos eram tão candentes e contrários à teoria da greve geral, que o anarquismo estava morto: a Rússia seria seu túmulo.

Rosa procede a um detalhado levantamento do processo grevista russo, e sua primeira conclusão há de nos ser muito interessante: a greve geral não é um processo unívoco tampouco achatado no tempo; ela dura anos, em inúmeras greves que se interpenetram, de modo que umas se adiantam sobre o fracasso das outras, às vezes se unindo em grandes torrentes de luta, ora retrocedendo em processos isolados.

A partir disto, Rosa pontua que os esquemas anarquistas de greve geral seriam abstratos e reducionistas, ao verem a luta sindical com o único meio possível de se lutar. Se a greve é fruto da correlação de forças histórica — não da decisão das direções, seja

<sup>9</sup> Primeiro tradutor de Proudhon ao espanhol; pode ser entendido como precursor da penetração libertária na Península Ibérica.

<sup>10</sup> Cidade industrial, de 30.000 habitantes, no Levante.

do partido seja do estado ou do sindicato —, não se deve fazer a propaganda abstrata da greve assim como não se pode fazer a propaganda genérica da revolução.

Dirigindo-se aos sindicalistas reformistas alemães, Rosa pontua que a greve não é um desfile, uma marcha; a greve de massas não é uma *greve demonstrativa*, como o é, por exemplo, o Primeiro de maio. Ela obedece à força da conjuntura, não à disciplina de quartel tal qual querem os burocratas; assim, ela é dispare, ora em um lado, ora em outro, mas sempre em torrentes, tal qual a maré. O papel do partido é explicar ao proletariado o que é a greve de massas, sobremaneira à luz dos fatos russos. Pontue-se, no entanto, que a resolução do Congresso de Jena do SPD, que aprovou a greve de massas, o fez subordinando esta à luta parlamentar, de modo que a greve de massas segundo a social-democracia alemã deveria ser defensiva, atuando em prol da manutenção do *status quo* parlamentar do partido.

O processo de greve de massas russo se inicia em 1896-7, com a greve dos operários têxteis de S. Petersburgo. Principiada por demandas econômicas, espontaneamente, a então incipiente social-democracia russa fez forte propaganda de modo a impulsionar a luta operária. Outras greves, iniciadas por motivos econômicos, logo tomam caráter político. Em outros lugares, como em Kiev, na Ucrânia, as greves por reivindicações mínimas (econômicas) logo conduzem a combates de rua, dada a repressão que se segue.

Somente depois do famoso desfile operário pacífico, encabeçado pelo padre Gapon, 1905, na vaga da greve dos petroleiros de Baku, em dezembro de 1904, e a repressão a este desfile pelas tropas do czar, que o movimento estoura. O principal motivo que levam a expansão do movimento é a solidariedade aos operários de S. Petersburgo. A greve pela primeira vez desencadeia-se por motivos políticos, que logo conduzem a motivos econômicos e retornam aos motivos políticos.

Para Rosa, o modelo anarquista seria o único a conceber que uma greve isoladamente poderia derrubar o absolutismo; para tal seria necessária ampla consciência de classe e experiência de luta, que serve para clarificar as coisas ao conjunto do proletariado, tornando patente amigos e inimigos, e quais as tarefas centrais no período. Precisamente por estes motivos Rosa vê na elevação da consciência o maior ganho do movimento russo, não tanto as melhoras concretas no nível de vida, garantidas pelas conquistas econômicas do movimento.

Para que se tenha uma idéia, aponta Luxemburgo, as lutas espontâneas levaram à formação de conselhos que, em muitos lugares, passaram a gerir várias fabricas e deram origem aos primeiros sindicatos em solo russo. Aqui Rosa pensa encetar mais uma crítica aos sindicalistas revolucionários: não foram os sindicatos que deram origem

as lutas operárias, mas estas que deram origem a níveis mínimos de organicidade à classe operária russa.

Diante da força do movimento, o czar concede algumas liberdades políticas em outubro de 1905, logo recuando, e as abolindo. Assim, coube aos sindicatos ter uma vida dupla, organizando atividades legais e ilegais, lutas políticas e econômicas e, mesmo, combates de rua. A partir dos fatos, Rosa, pacientemente, retoma alguns aspectos de sua análise e, assim, busca elaborar uma crítica aguda aos sindicalistas alemães, a fim de mostrar que, longe de ser estática, a greve de massas é multifacetada e dinâmica, e, por isso ela “reflete em si todas as fases da luta política e econômica, todos os estágios e todos os momentos da revolução” (LUXEMBURGO, 1974, p. 52).

Longe de gabinetes e da morosidade de reuniões, a greve de massas é tudo menos uma greve demonstrativa; ou seja, não é fruto das entabulações de direções, tampouco linear. Do mesmo modo, a história estaria enterrando aqueles que pensariam o processo grevista como uma equação, na qual as lutas políticas derivariam das econômicas: os fatos mostraram a relação dialética entre uma e outra, que, por sua vez, nada mais refletem senão facetas de uma única luta de classes entre burguesia e proletariado. A greve de massas possui este caráter dinâmico precisamente porque, assume Rosa, a greve de massas nada mais é senão a revolução social; enquanto, ela não é um ato, mas sim um processo, mais ou menos longo; e o que garante que as distintas greves, ocorridas em regiões díspares, tenham um fio condutor — o qual chamamos de greve de massas — é precisamente seu caráter revolucionário, que faz cair e emergir novas instituições, demandas e organizações, plasmando novos patamares à classe operária. Assim, sendo idêntica à revolução, a espontaneidade joga um papel fundante no processo, tanto maior quanto mais avançado este for. Será mais hábil e capaz aquele partido que conseguir, ao adaptar-se ao momento histórico dirigir o processo, no sentido de aproveitar-se dos efeitos morais da revolução sobre o povo visando encetar o socialismo. O papel do partido não é ocupar-se de questões técnicas, mas, sim, dar a direção política correta ao movimento.

Buscando aproximar as condições de vida do operariado russo com o alemão, Rosa tenta mostrar, sem o afirmar, que o esquema de Engels era terrivelmente falho, e que os sindicalistas alemães, bem como o conjunto da social-democracia, estava presa nele. Não reparavam, ou não queriam reparar, que a organização do proletariado não brota dos céus, mas que é fruto e fortificada por processos de luta, de maneira tanto mais efetiva quanto mais agudos forem os processos em jogo. O papel da vanguarda do proletariado, leia-se, da social-democracia, seria o de dar unidade de classe às ações isoladas e aos processos distantes no tempo, aumentando o número de trabalhadores em luta, por um lado, e por outro, utilizando os fatos a fim de educar o operariado militante, inculcando-lhes a solidariedade de classe, por Rosa chamada de *instinto de*

*classe*. Estando em uma revolução, compete a social-democracia, a vanguarda, “a parte mais esclarecida do proletariado” (LUXEMBURGO, 1974, p. 81), dar a direção correta, no sentido de torná-lo ofensivo contra o Capital — não para defender o parlamento, como pensavam os burocratas sindicais alemães.

Fazendo predições, Rosa crê que em uma futura revolução alemã somente a unidade entre partido e sindicatos poderá obter a vitória para o conjunto da classe. O processo revolucionário põe por terra a distinção entre luta política e econômica dado que, conforme se pontua acima, a greve de massas tem este duplo caráter. Esta distinção tem sentido somente durante períodos de calmaria, onde o partido representa o interesse do conjunto da classe, ao passo que os sindicatos representam setores específicos do proletariado. Exatamente por isso é que o sindicato deve subordinar-se ao partido, como a parte está subordinada ao todo; o partido “reúne em si os dois aspectos da luta de classes (o parlamentar e o sindical) que visam a destruição da ordem social burguesa” (LUXEMBURGO, 1974, p. 95).

Com esta argumentação Rosa pretende combater a teoria da *ação paralela* e da *igualdade de direções entre partido e sindicato*, que nada mais era senão a defesa que os sindicalistas faziam da autonomia do sindicato frente ao SPD. Ora, diz Rosa, esta defesa é feita pela ala oportunista e reformista dos sindicatos e também do partido, cujo pano de fundo é uma noção da organização com um fim em si mesma, o que excluiria qualquer projeto estratégico que, no dizer, de Rosa, somente a social-democracia, enquanto vanguarda do proletariado, pode garantir. De todo modo, esta autonomia sindical seria impossível para Rosa primeiramente porque os sindicatos alemães são frutos da militância organizada da social-democracia, sendo o socialismo científico a lastrear a ação sindical a grande diferença entre os sindicatos social-democratas e os burgueses e confessionais. Além do que, na consciência da classe operária alemã, o sindicato é socialista, e precisamente por isto boa parte dos operários preferiam se filiar somente nos sindicatos, ao invés de filiar-se nos sindicatos e no partido. Luxemburgo entende que esta demanda por autonomia sindical é fruto do crescimento da burocracia reinante nestes, graças ao crescimento econômico de fins de século; precisamente a fim de combater esta burocracia, e dar a unidade necessária a um futuro processo revolucionário alemão, cumpria-se subordinar novamente os sindicatos à direção do partido.

São bastante duras as críticas de Rosa ao sindicalismo revolucionário, conforme vimos. Busquemos agora, pois, ver a justeza destas críticas. Neste ínterim, é vital lembrarmos primeiramente que quando Rosa escreve *Greve de massas, partido e sindicato*, Bakunin já morrerá há 30 anos, e a CGT já completará uma década de existência. Desde então, o sindicalismo revolucionário já se espalhara pelo mundo. Para que se tenha uma idéia a Confederação Operária Brasileira (COB) fora fundada

em 1906 — lembremos que o Brasil não era um país com uma indústria senão débil. Ou seja, Rosa, já bem conhecia os elementos da teoria libertaria referentemente à greve geral. Vejamos, pois, se suas críticas se sustentam e o que, no fim das contas, Luxemburgo deve ou não aos anarquistas.

#### 4. M. BAKUNIN E A AIT

Citando J. Guillaume, G. Leval afirma, em seu artigo “*Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário*”, que a CGT francesa era a continuação da AIT, esta tendo surgido quase meio século antes. Tal afirmação, acertada desde nosso ponto de vista, tem bastante profundidade; afinal de contas, o que Pelloutier, Pouget e tantos outros fizeram nada mais foi senão dar corpo teórico — e prático — a propostas já anteriormente formuladas? Para que respondamos isto, é necessário acompanhar o próprio processo de formação da AIT, e verificar a hipótese título do artigo de Leval, escavando a fim de saber o que propôs, afinal de contas, Mikhail Bakunin na Internacional.

Em 1864 ocorreu em Londres o *meeting* de St. Martin's Hall, considerado o encontro chave para a formação da Internacional. Para a consecução desta reunião concorreram os esforços conjugados de sindicalistas ingleses, de um lado, e dos mutualistas, bem dito, proudhonianos franceses, de outro. O ensejo para o meeting deu-se em decorrência da Segunda Exibição Internacional de Paris, na tradição das grandes feiras industriais e científicas do *fin de siècle*. Os ingleses, de longe dotados do movimento operário mais bem organizado da Europa, buscavam contatos a fim de combater a prática do patronato inglês de levar operários do continente para a ilha para furar as greves empreendidas pelas organizações laborais inglesas. Quanto aos mutualistas, a eles interessava uma aliança pelo simples motivo de suas concepções internacionalistas, conforme se sabe.

Contudo, a idéia de uma associação internacional de trabalhadores é bastante mais antiga, remontando, pois, ao próprio Robert Owen, famoso socialista inglês da primeira metade do século XIX, bastante atuante no movimento cartista. Os eventos da Primavera dos Povos na França, no qual os trabalhadores derrotaram a monarquia de julho e conquistaram a república sem ter, contudo, ganhos reais, logo fizeram brotar aspirações internacionalistas e, diríamos, sindicalistas, na França. Em bem pouco tempo, a AIT ganha inúmeras adesões, a organização de duas grandes greves, uma em Paris e em Gênova, com amplo apoio internacional, fazem crescer as tendências revolucionárias entre os trabalhadores e levam o terror a burguesia e aos burocratas e reformistas em geral, em um tensionamento crescente cujo ápice seria a Comuna de Paris (cf. ROCKER, s.d.).

Bakunin não participa dos primeiros eventos da AIT. Dedicara-se, até então, a rachar à esquerda a Liga pela Paz e Liberdade, um organismo internacional burguês. Após a derrota de sua proposta no seio da dita organização, filia-se à Internacional como membro da Federação Genebrina (1868). Bakunin encontra uma AIT já vigorosa do ponto de vista de seus filiados, embora sem muita clareza acerca de um programa. Assim, congressos distintos votavam posições opostas: por exemplo, o Congresso de Genebra, em 1866, aprovara a primazia da luta econômica sobre qualquer outra forma de luta; no Congresso seguinte, em Lausanne (1869), aprova-se moção em outro sentido, adotando a posição segundo a qual a tarefa imediata da AIT era a da luta pela emancipação política dos trabalhadores. Não à toa: estas diferenças refletiam a correlação de forças dentro da AIT, bastante heterogênea, muito também fruto de seu próprio processo de expansão.

Quando Bakunin, juntamente com os membros da Aliança da Democracia Socialista resolvem adentrar a AIT, ela era dominada, basicamente, por blanquistas, mutualistas e pelos social-democratas alemães. Isto salta aos olhos se se compara as resoluções da AIT, então claramente reformista e estatista, com o Programa da Aliança da Democracia Socialista; Neste, Bakunin defende que o objetivo da Aliança é a abolição das classes sociais e das diferenças entre os sexos, a igualdade de instrução entre as crianças; posiciona-se contra o estado, e a ação revolucionária que não busque derrubá-lo; do mesmo modo, e como que por decorrência, faz a defesa do internacionalismo, contra o patriotismo e todos os cultos [cf BAKUNIN, s/d, p. 90-91]. Em outro texto, por exemplo, no *Programa e objetivo da organização secreta revolucionária Irmandade Internacional*, escrito no outono de 1868, Bakunin é visceralmente antiestatal e anticapitalista, condenando qualquer governo, mesmo que autoproclamado popular; faz já a defesa do federalismo libertário e de um internacionalismo proletário, ou seja, boa parte de seu projeto político já estava estabelecida (cf. BAKUNIN, s.d.). A mesma defesa encontramos-la ainda no *Programa da Sociedade da Revolução Internacional*, também de 1868, onde pontua-se o fim das religiões, a igualdade política, econômica e social, fim da herança, coletivização da terra e dos instrumentos de trabalho, socialização da educação e o fim do estado — considerado como fundado sobre a exploração das massas, irmão da igreja, etc. Ao mesmo tempo, o Congresso de Bruxelas (1868) defendia que era por meio de créditos e cooperativas que os trabalhadores poderiam ter acesso aos instrumentos de trabalho e à terra, sem dúvida muito pela grande influência de alas dos mutualistas franceses.

Poderíamos citar muitos exemplos de como o programa da ADS era radicalmente distinto daquele da AIT de então, no sentido de ser mais claramente socialista, e partidário de uma radicalidade que, a partir de então, os aliancistas tentarão imprimir na Internacional. O papel da Aliança — na teoria bakuniniana de organização

—era precisamente garantir com que esta AIT tivesse uma atuação revolucionária, enquanto organismo de massas da classe trabalhadora internacional. Gaston Leval defende que muitas são as razões que explicavam esta diferença programática, portanto estratégica. Bakunin não a via com maus olhos, ao contrário, pois, para o russo, a AIT seria mais importante que a própria ADS. A influência dos aliancistas na AIT foi central. Mesmo Guillaume, pertencente à Federação Romanda da Internacional, era reformista antes do contato com Bakunin. Este, defendendo um programa socialista e a centralidade da auto-organização dos operários e das massas exploradas, será um precursor, na visão de Leval, de todo o futuro sindicalismo revolucionário. Em vários textos F. Pelloutier, um dos grandes estrategistas do movimento operário em seu tempo, defenderá esta mesma visão. Pouget, conforme veremos, também retornará à Internacional, especificamente à sua ala libertária, portanto também a Bakunin, a fim de defender esta mesma visão.

Vejamos. Bakunin defende, em inúmeros textos, dos quais o mais conhecido é *A política da Internacional* que a AIT não deveria se imiscuir em questões políticas dado que estas dividiam a classe operária, assim como as questões religiosas e filosóficas. Ele defende que é por meio da base comum que se deve unificar os trabalhadores em luta contra o salariedade e a patronal, e esta base comum repousa, sem dúvida, no fato de serem trabalhadores, quer dizer, de verem-se obrigados a vender sua força de trabalho ou bem morrer de fome (cf. BAKUNIN, 2007). Isto implica toda uma outra abordagem junto aos trabalhadores: não tratar de assuntos demasiado abstratos, mas sim buscar os elementos mais cotidianos, que dessem vazão a um princípio de entendimento acerca do socialismo; além do mais, a forma de atuação da AIT deveria ser a de estar presente nas lutas cotidianas, no mínimo prestando a solidariedade necessária no sentido da construção da futura sociedade de iguais. Bakunin apostava alto na solidariedade: ela seria como que a porta para a edificação de operários socialistas, engajados na luta contra o Capital com pleno conhecimento de causa.

Embora não caiba a Bakunin a proposição da greve no interior da AIT, ele foi um dos primeiros a teorizar acerca dela, muito embora não se encontre algo muito extenso sobre ela. Em um artigo publicado em 1869, no *L'Égalite*, Bakunin adianta em quase quarenta anos Rosa Luxemburgo e, mesmo, qualquer futuro sindicalista revolucionário, muitos dos quais ainda no berço: neste texto, a greve geral aparece como sendo formada a partir de uma série de greves parciais; Bakunin prediz que se estas greves parciais se interpenetrarem, caminha-se para a greve geral, o que, dado o contexto de propaganda e de expansão do socialismo entre as classes laboriosas, não redundaria senão na revolução social.

Vê-se, pois, a grande diferença de abordagem entre Bakunin e Engels. Para o primeiro, não existe nenhum problema se o proletariado não estiver suficientemente

organizado, quando deste processo de greve geral, pois que a existência de greves pressupõe uma organização mínima dos trabalhadores, de forma que esta organicidade servirá de ponto de partida para uma organização maior; as razões são simples: os processos de luta geram a necessidade de organização, de onde se conclui que não é a AIT a responsável pelas greves, mas, sim, as lutas entre capital e trabalho é que são responsáveis pela AIT. As lutas cotidianas aparecem como forma de aumentar a organização, quer dizer, o peso da AIT junto aos trabalhadores, como mecanismo de acréscimo de solidariedade e autoconfiança, além de educá-lo, no sentido de torná-lo mais convencido do socialismo e com um nível maior de clareza tática e política. Cada um destes pontos será retomado pelos sindicalistas revolucionários franceses, que os desenvolverão teoricamente e, sobretudo, praticamente.

Por fim, cumpre salientar que não é verdade que a AIT, mais precisamente, que sua ala libertária fosse indiferente à política, tal qual aponta Rosa e boa parte da tradição marxista, nisto incluso Engels (1980) e Lênin (1979). O fato é que os anarquistas nunca viram no parlamento ou na agitação eleitoral instrumento de libertação do povo. Faziam sim a defesa incondicional de métodos de ação direta como centrais para a conquista do socialismo, entendendo, assim, conforme escrito nos estatutos da AIT, que “como um meio, toda atividade política deve ser secundária à econômica (apud KROPOTKIN, 2011, p. 3; cf. também ROCKER, 1978); distante, pois, da social-democracia alemã que, conforme expusemos, subordinava o processo grevista aos interesses parlamentares.

## 5. ÉMILE POUGET E A CGT FRANCESA

Em 1904, a revista *Le mouvement socialiste*, animada por personalidades de peso do sindicalismo revolucionário, dentre os quais deve-se citar Lagardelle, Roberto Michels, Labriola, Sorel e Berth, lança uma enquête internacional, na qual pergunta-se qual a ligação entre a idéia de greve geral e os partidos socialistas. Tendo obtido inúmeras respostas, uma delas merece nossa atenção: a de Emile Pouget, então editor do órgão da CGT, *La voix du peuple* (A voz do povo). Ao escrever seu curto ensaio, Pouget já era uma figura cimeira do movimento operário internacional.

Em seu relato acerca da greve geral, Pouget faz questão de recuperar a origem proletária, baixa, popular, desta, o que a seus olhos a elevava. É na AIT, diz ele, que surge a idéia de greve geral tal qual advogarão mais tarde os sindicalistas franceses. Desde seu primeiro congresso, em 1866, já se analisava a greve como forma de luta (taticamente, pois), e a greve geral como estratégia revolucionária. Contudo, o Congresso de Bruxelas, o qual já nos referimos, ainda não entendia a greve geral como meio de libertar os trabalhadores, malgrado algumas seções da Internacional, como a de

Bruxelas, assim já a entendesse. Embora esta posição contrária à greve geral, o mesmo Congresso entendeu que uma greve universal bastaria para por fim aos governos e as empresas. Assim, conclui Pouget, já no seio da AIT se manifestava a tendência segundo a qual a união econômica dos trabalhadores favorecia a greve geral, com o fim que lhe é devido: a expropriação.

A AIT teve um fim trágico, cindida em duas após a expulsão de Bakunin e Guillaume. Esta expulsão — fruto dos conflitos entre um setor encabeçado por Marx e Engels e outro, cujo expoente mais conhecido é Bakunin — foi respondida pelo abandono da quase totalidade das seções, que aderiram a uma nova Internacional, chamada de Internacional de Saint-Imier (ISI), ou libertária, ou, ainda, anti-autoritária. Esta, embora tenha contado com uma maioria logo se desfez, por várias razões, sendo a principal, a nosso ver, o fato da enorme repressão que se seguiu ao movimento operário após a derrota da Comuna. Isto favoreceu o florescimento de um socialismo parlamentar, “socialismo político”, que condenava — na boca de homens como P. Lafargue, Millerand, Briand e Guesde — as utopias anarquistas: a ação direta, a greve geral, a sabotagem, a auto-organização, etc.

Pouget prossegue seu relato narrando-nos que em 1873, no Congresso da seção belga da ISI, em Anvers, deliberou-se que todas as federações deveriam preparar a greve geral. Em setembro do mesmo ano, o Congresso de Genebra da ISI debateu, por proposta de A. Costa e de P. Brousse, a greve geral, em sessão secreta; as objeções pareciam as que mais tarde a ala revolucionária da CGT sofreria: uns enxergavam na greve geral somente uma forma de obter conquistas (os americanos), enquanto outros a entendiam como meio da revolução, cujo fim seria a expropriação. Assim, a seção americana, reformista, termina por definir que ajudaria caso houvesse uma greve geral; mas ela entendia-se como reformista, embora este reformismo é que tenha contribuído para conquistar a jornada de oito horas em 1886, nos EUA. De todo modo, o Congresso deliberou, temendo a repressão, que não se podia dar uma saída à questão da greve geral naquela instante, recomendando aos trabalhadores a propaganda socialista e a organização internacional em corpos de ofício. O pensamento dos internacionalistas era, pois, preparar uma greve geral desde uma sólida organização econômica dos trabalhadores, sem a qual a greve geral seria uma abstração.

Com o racha da AIT em duas depois do Congresso de Haia, em 1872, e a predominância sendo dos social-democratas, favorecia-se a luta parlamentar em detrimento da luta econômica e, com esta, da greve geral. Com uma geração inteira morta nas mãos da repressão durante o processo da Comuna, desaparecem também as memórias, o que impõe que a nova geração recomece o debate acerca da greve geral.

Por ironia do destino, será nos EUA, com um movimento claramente reformista, que a idéia de greve geral, morta por anos, reaparecerá. Não como quererão, mais tarde, os sindicalistas revolucionários, pois, sob o impulso da Federação das Câmaras de Trabalho, a greve geral tinham caráter reformista. Esta Federação fixara a data de 1 de maio de 1886, como dia da eclosão de uma greve geral, cuja pauta era a jornada de oito horas de trabalho. A atitude das distintas organizações mostra bem como se via, então, e também depois, a questão da greve geral: enquanto o pequeno partido anarquista de Chicago, recém fundado, empenha-se inteiramente na preparação; a Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, animada por ninguém menos que Mother Jones<sup>11</sup> e A. Parsons<sup>12</sup>, também participa dos eventos, embora, diz Pouget, de maneira forçada. O Partido Socialista não toma parte nos acontecimentos.

A conquista da jornada de oito horas por parte do operariado norte-americano, e os eventos de Haymarket Square, bem como toda solidariedade internacional que provocou levam a que no seio do operariado francês fortaleçam-se as tendências antiparlamentaristas, então minoritárias.

Coube a Tortelier, marceneiro anarquista, o começo da propagação da idéia: no Congresso Operário Internacional de Londres, em 1888, defende a idéia sem grandes ressonâncias. No fim deste ano, contudo, no Congresso Nacional dos Sindicatos, em França, a greve geral foi adotada como principio e estratégia; a Federação de Sindicatos, que organizou o evento, anos depois se colocaria contra a greve geral, terminando por desaparecer após a cisão ocorrida no Congresso de Nantes, de 1894.

Esta Federação, sob os auspícios do Partido Operário Francês<sup>13</sup>, adotou a greve geral pautada em uma concepção que, partindo da noção segundo a qual o monopólio dos meios de produção e do capital fazia com que a greve parcial pendesse a favor dos patrões, e somente podia ser um meio de agitação e organização, adotava a greve geral como meio de levar os trabalhadores à sua emancipação, quer dizer, como sinônimo da revolução social. Apesar de estar sob os auspícios do POF, este mesmo congresso vota uma moção conclamando os sindicato a não se deixar aparelhar pelos partidos políticos visando manter sua unidade.

<sup>11</sup> Mother Jones (1837-1930). Militante importantíssima e mitológica do movimento operário norte-americano. Notabilizou-se por ser uma das principais impulsionadoras do International Workers of the World (IWW), espécie de sindicato revolucionário, forte, sobretudo nos países de tradição anglo-saxã, mas que pretendia ocupar o lugar vazio da AIT. Seus militantes eram conhecidos como *wobblies*.

<sup>12</sup> No desenrolar dos eventos da Greve Geral referida, houve um massacre operário em Haymarket Square, em Chicago, e conseqüente prisão e execução de militantes operários, malgrado a grande campanha internacional empreendida pela libertação dos oito presos. Parsons era um deles e, por isso, é conhecido como um dos mártires de Chicago. Eis a origem do 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalho.

<sup>13</sup> Fundado em 1880, por remanescentes da Comuna, dos quais destaca-se Jules Guesde e P. Lafargue, genro de Karl Marx. Era de inspiração marxista, mas teve curta vida (1902), fundindo-se sucessivamente com outras agremiações, até originar o Partido Socialista Francês, filiado à II Internacional, sendo seu principal dirigente Jean Jaurés, assassinado por suas posições antimilitaristas em 1914.

Em fato o POF foi derrotado: sabia muito bem o que indicava este Congresso e lutou contra a idéia de greve geral, embora não a condenasse totalmente, mas defendia uma greve geral por indústrias, quer dizer, uma greve geral que não era greve geral, quando ocorre a cisão da Federação dos Sindicatos, no Congresso de Nantes em 1894 — por conta das lutas internas entre as correntes; esta cisão preparou, sem dúvidas, diz Pouget, a fundação da CGT, em Limoges, em 1895.

Em maio de 1890, no Congresso Internacional de Mineiros, adotou-se a greve geral como meio de garantir a jornada de oito horas, sendo marcada sua data para o ano seguinte — a greve geral de todos os mineiros da Europa. No mesmo ano, o POF, em seu Congresso em Lille, apoiou esta greve. Ora, como então o POF pode ter se tornado posteriormente um adversário da greve geral se a apoiou em seus Congressos de Bourdeaux (greve geral revolucionária) e em Lille (greve geral por categoria)? Os socialistas parlamentares eram contra a greve geral, pois ela implica na auto-organização das massas, ou seja, opõe-se à representação da classe pelo partido e ao objetivo deste, tal sendo a conquista do poder de estado; por isso, o POF tendia a preferir a *teoria da greve geral de braços cruzados* (pacifista), propagada pelo *Parti Ouvrier Socialiste Révolutionnaire*<sup>14</sup> — uma das correntes que mais se esforçaram na criação do sindicalismo revolucionário, conjuntamente aos libertários. Estes defendiam a greve geral como suspensão das atividades, visando atingir os capitalistas; atingiriam, obviamente, também os trabalhadores e, a fim de contornar este incômodo, alguns de seus militantes defendiam a criação de *magasins de reserve*. Após estes acontecimentos, a idéia da greve geral se expande rapidamente, sobretudo dentro do movimento corporativo: em 1892, o Congresso das Bolsas de Trabalho, em Tours, e o Congresso dos Sindicatos, em Marselha, aprovam a greve geral como princípio. No ano seguinte, o Congresso das Corporações, em Paris, também a dotará.

Mas faltava, aponta Pouget, precisão na concepção; adotava-se a greve geral mais pela solidariedade conseqüente e para conquistas imediatas e menos visando a revolução social. Assim, o Congresso das Bolsas de Trabalho entendia a greve geral como sinônimo da revolução. Contudo, pesava que ela somente deve ser convocada com finalidades revolucionárias; quando decretada, deve-se garantir a alimentação de todo aqueles que trabalham, para pressionar somente a burguesia. Previa-se duas situações onde se deveria chamar a greve geral: a primeira, para emancipar os trabalhadores; a segunda, para impedir a guerra fratricida, e, aqui, a greve somente poderia ser internacional<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> POSR, inspirado e dirigido por Jean Allemane, veterano da Comuna. Por isso seus militantes eram chamados de *allemanistes*.

<sup>15</sup> Similarmente ao mote “guerra à guerra”, defendida por Kautsky nas tensões internacionais do pré I Guerra Mundial.

Votou-se uma Comissão de Organização da Greve Geral; este nome foi duramente criticado como pretensioso; uma greve geral se prepara e não se organiza; pouco depois, seu nome mudou para Comissão de Propaganda da Greve Geral. A partir deste nome, um sem número de críticas foi formulado, sendo inclusive a pauta central do Congresso de Sindicatos de Nantes em 1894, do qual o POF se retira. Os sindicatos votaram contra ou a favor a partir de suas preocupações centrais, ou econômicas ou parlamentares, ganhando a greve geral, com o argumento de A. Briand, segundo o qual, o aperfeiçoamento militar dificultava em muito as ações de rua, restando aos trabalhadores enfraquecer o poder por meio da greve geral.

Votava-se a greve geral como sinônimo de revolução, e isto ocorreu quando da mais dura repressão aos anarquistas<sup>16</sup>, o que afirma a importância desta corrente. Todos os congressos corporativos seguintes aprovavam novamente o princípio da greve geral. No Congresso de Paris, em 1900, debatia-se que a greve geral deveria ser posta além das imediatezidades, mas que deve ser preparada cuidadosamente; ela deve tomar das mãos dos possuidores suas posses e que estes não deixarão a coisas ocorrer tão facilmente. Esta mesma concepção da greve geral foi reafirmada pelos congressos seguintes, em Lyon, em 1901, e em Montpellier, em 1902. O Comitê de Propaganda da Greve Geral é formado por delegados de cada sindicato componente da CGT, ou seja, garante-se presença nacional; sua tarefa específica é articular as ações de propaganda e articulação em todo território francês. Tinha na época uma única publicação, *Grève générale réformiste et greve générale révolutionnaire*, onde a greve geral constava como o único meio de emancipação da classe trabalhadora, postulando-se que, mesmo sendo reformista, ela era mais eficaz que os esforços parlamentares; e que ela sempre será fruto do esforço de minorias convictas de sua necessidade.

Se esta pequena história da greve geral de Pouget contém algumas falhas, como, por exemplo, a ausência do movimento cartista inglês como um dos precursores da greve geral, ele ainda assim mostra bem qual era a posição dos socialistas parlamentares, herdeiros da ala marxista da AIT acerca do processo. Sob a pressão dos fatos, contudo, especialmente da greve geral dos trabalhadores belgas, em fins do século XIX, cuja pauta era o sufrágio universal — tinha, portanto, finalidades políticas, não econômicas — que toda a social-democracia passa a rever a questão, inclinando-se, sem muito entusiasmo, a esta estratégia.

A própria CGT, bem como as Bolsas de Trabalho, surgem na França como resposta ao socialismo parlamentar que se desenvolveu após a derrota da Comuna de Paris. A morte da maior parte dos operários mais combativos, muitos tendo passado pelas experiências das agitações nas décadas de 30, coroadas pelo processo da Primavera

---

<sup>16</sup> O contexto repressivo era fruto, sobretudo das chamadas *lois celeradas* (1893-4), que proibiam atividades anarquistas na França.

dos Povos, deu plena vazão para que os setores parlamentaristas do movimento levassem adiante seu projeto fundando, no vácuo da perseguição aos membros da Internacional, partidos trabalhistas, social-democratas e socialistas (cf. KROPOTKIN, 2011, POUGET, s/d), tal qual já relatamos.

Há outro texto famoso de Pouget, chamado a *Confederação Geral do Trabalho*, publicado em 1910, quando sindicalismo revolucionário já tinha perdido muito espaço dentro da CGT, em benefício do parlamentarismo, especialmente após a demissão de Victor Griffuelhes, secretário geral da Confederação de 1902 a 1909. Neste texto, ele analisa a estrutura e os objetivos da CGT. Sinteticamente, apontemos que a base do sindicalismo da CGT era a democracia direta, a ação direta, o federalismo (a autonomia local), a solidariedade, a independência frente ao estado, aos partidos e aos patrões e o apoio mútuo. A estrutura sindical francesa dividia-se em duas partes, estando de um lado a CGT e os sindicatos federados e, de outro, as Bolsas de Trabalho.

Esta divisão tinha muito engenho. Ao sindicato cabia a tarefa de propaganda favorável à resistência direta ao capital: greves, sabotagens, ocupações, etc. Às Bolsas de Trabalho, cujo fundador foi outro famoso anarquista, F. Pelloutier — preconizador da ida dos anarquistas aos sindicatos — cabia a gestão das *mutualités*; quer dizer, toda as ações que organizavam a solidariedade da classe, como as caixas de desemprego, educação, auxílio a trabalhadores viajantes, etc. Com isto, esperava-se garantir que nada atrapalhasse o sindicato ou o desviasse de suas tarefas de organização dos trabalhadores contra o patronato e o estado.

A CGT propriamente falando surge quando uma fração da antiga Federação dos Sindicatos se une às Bolsas de Trabalho, de modo a dar unidade ao movimento operário. Assim, sem dúvida, estes sindicalistas e anarquistas franceses, mas não somente anarquistas, caso do próprio Griffuelhes, encetaram uma teoria de organização, com táticas e estratégias claras, que influenciaram a classe operária mundial de maneira candente e, sem dúvida alguma, foram co-responsáveis por momentos importantíssimos, especialmente na América Latina e na Europa Latina, marcadamente a Ibérica; não à toa o ápice do sindicalismo revolucionário foi o processo da Revolução Espanhola (1936-1939) (ROCKER, 1978).

Por fim, cumpre salientar a intransigência de Pouget na defesa da ação direta como meio de *ginástica revolucionária* dos trabalhadores, pautando na concepção de acordo com a qual as organizações de luta atual dos trabalhadores nada mais devem ser senão o embrião da futura sociedade; ou seja, o que é o mesmo dito de outro modo, os fins estão contidos nos meios. Seu texto *A sabotagem*, escrito em 1897, é uma das defesas mais belas dos métodos de ação direta. Contra os socialistas políticos, como Jaurés, que afirmavam que a ação direta repugnava o “valor técnico” do operário, dado

que o humilharia, Pouget pergunta-se se o que humilha o operário não é precisamente a situação de mercadoria a qual lhe submete os patrões? Acusa os socialistas políticos de se fiarem na moral dos exploradores, que obviamente sempre condenarão todos as formas de resistência dos laboriosos.

## **6. À GUIZA DE CONCLUSÃO: GREVE DE MASSAS OU GREVE GERAL.**

Em síntese, a AIT rompe por ter em si duas grandes tendências irreconciliáveis. Ainda que se afirmasse a igualdade de fins, os meios eram deveras díspares. A chamada ala autoritária, composta não só pelos marxistas, como também pelos alemães, era claramente reformista, preconizando a necessidade da tomada do poder político e a atuação parlamentar, como forma de emancipação dos trabalhadores. Compreendiam, especialmente Marx e Engels, que a AIT deveria se tornar algo como um partido político internacional, que conjugasse esforços, sob a batuta do Conselho Geral em Londres, esforço este continuado na Segunda e Terceira Internacionais. De outro lado, da ala libertária decorreu a estratégia da greve geral, a qual mais tarde é incorporada pela própria social-democracia com variadas modificações, como se viu.

Comparativamente, a Greve Geral pode ser assim definida: parte de uma concepção de que a greve é mecanismo impar de ação direta pelo qual orienta-se a prática reivindicatória do sindicato, conjuntamente às ocupações, manifestações de rua, sabotagens, etc. Os distintos sindicatos federam-se em uma central sindical, a qual, por sua vez, constitui um Comitê destinado a propagandear e fortalecer os instrumentos capazes de levar adiante o processo de revolução social, ou seja, de greve geral, que deve suprimir o capital, passando os meios de produção ao controle do operário organizado em seu sindicato, órgão de gestão da nova sociedade; o processo da greve geral não é compreendido nem como decorrente das direções sindicais nem como mecânico posto que ele pressupõe a existência de mecanismos federalistas de decisão e controle, o que garante que se vá de baixo para cima ou, para utilizar a feliz expressão de Fabbri, “do simples ao complexo” (MALATESTA, FABBRI, s.d.). O foco de atuação objetivando a greve são questões econômicas, e o sindicato deve evitar imiscuir-se em questões parlamentares; além do que, em França, o mecanismo das Bolsas de Trabalho, levava a cabo as questões relativas à solidariedade de classe (ou ao apoio mútuo) e mantinha o sindicato revolucionário focado na organização de processos de luta e da greve geral.

Quanto à Greve de Massas, Rosa a entendia como um processo, mais ou menos longo, no qual enfrentamentos econômicos e políticos se sucediam. Não há um pressuposto organizativo, como no caso da Greve Geral, posto que o processo ele mesmo é entendido como organizativo. Cumpre que o partido político, enquanto vanguarda do proletariado, dirija o processo objetivando a tomada do poder político. Rosa não

concebia, ademais, que a Greve de Massas fosse feita de maneira centralizada, quer dizer, pela direção do sindicato ou do partido, nela entrando em jogo marcado elemento de espontaneidade; isto permite que alguns, como Guérin (s.d.) apontem a tensão partido *versus* espontaneidade como não resolvida no pensamento luxemburguista, como já apontado. Pese-se ademais, que é mister peneirar as críticas de Rosa, de um lado ao “esquematismo” anarquista (portanto, por exemplo, à constituição de um Comitê para Propaganda da Greve Geral) e, de outro, ao reformismo da burocracia sindical mais ou menos vinculada ao SPD.

A posição de Rosa incidiria, no que toca ao sindicalismo revolucionário, em alguns aspectos mais salientes, por exemplo, no referido Comitê de Propaganda, na contrariedade à ação parlamentar, no papel do sindicato (sendo que Rosa parece preferir os *soviets* recém surgidos), etc. A dos sindicalistas recairia, sobretudo, sobre esta mesma ação parlamentar e no partido, entendido como mecanismo dirigente da greve, ou seja, sobre o cerne da diferença entre sindicalistas e parlamentaristas social-democratas ou socialistas.

A posição de Rosa é demasiado *sui generis* nesta polêmica e não se pode tomá-la como uma perfeita representante do que foi a social-democracia e o movimento operário influenciado por esta tendência. Se isto por um lado, lembremos que Rosa não era contra a participação no parlamento e, a seguir por seu livro que aqui analisamos, a própria moção aprovada em Jena, por ela proposta, deixava claro a submissão da luta sindical à atuação parlamentar, ao menos em momentos de calma política. Por outro lado, muitos dos apontamentos de Rosa já constam em Bakunin, tal como verificamos: a refutação do paradoxo de Engels, a defesa da greve frente a seus adversários, sua análise que a enfatiza como um processo e não como um ato, etc. Aponte-se, além do que, a incongruência entre a centralidade que Rosa dá à necessidade da direção externa do sindicato pelo partido, por ela visto como a “parte mais consciente da classe”, e o peso que ela também dá a espontaneidade, valor nitidamente libertário, pois se liga à confiança na capacidade criadora das massas e em suas potencialidades socialistas, pontos ressaltado inúmeras vezes por Bakunin, Pouget, bem como pelo conjunto do pensamento libertário e sindicalista revolucionário; e que, ao nosso ver, exclui a própria noção do partido dirigente, isto é, da vanguarda do proletariado enquanto “parte mais consciente da classe”. Sem dúvidas, o grosso da Teoria da Greve de Massas luxemburguista nada mais faz senão recuperar seja o pensamento de Bakunin, ou seja, a Teoria da Greve Geral, impondo-lhe mudanças cosméticas e inserindo a presença e atuação do partido social-democrata parlamentarista (GUERIN, s.d.).

No outro extremo, a ala libertária da AIT que, desde sua conformação, defendeu as estratégias de ação direta, dentre as quais a greve geral, redundando no sindicalismo revolucionário. Pelo exposto, vê-se que as críticas de Rosa se aplicam mais

aos sindicalistas burocratas alemães e menos à Greve Geral, mesmo que seja por miopia, visto desconsiderar elementos importantes desta, e malgrado o que ela mesma afirma. Em fato, a Teoria da Greve Geral foi elaborada na França primeiramente, sendo, pois, uma estratégia adequada sobretudo às condições da França do pós-Comuna; Rosa, a seu turno, analisa o processo da Primeira Revolução Russa; ora, por exemplo, enquanto em França os sindicatos e partidos gozavam de existência garantida nos termos da República, a Rússia era um regime semi-feudal, absolutista, monarquista, onde o czar era ungido por deus, e onde, pouco mais de meio século antes, o servo era ainda atado à terra. Não se poderia, deste modo, falar da existência, naquele período, de um processo de Greve Geral em Rússia, posto que esta pressupõe níveis de organização aos quais a classe trabalhadora russa acabara exatamente de alcançar. Quer dizer, ela começava sua “ginástica revolucionária”, a qual bem se sabe onde redundou.

Por fim, insistiremos em um elemento importante relativamente às estratégias do movimento socialista. Conforme dito, conquanto a social-democracia fosse, na aurora do século XX, hegemônica na Alemanha, nos países latinos reinavam as proposições sindicalistas, que remontam a Bakunin, como longamente expusemos. Ora, se bem a Alemanha tenha passado por um processo revolucionário<sup>17</sup>, também o mesmo ocorreu na Espanha<sup>18</sup>, onde o sindicalismo anarquista foi demasiado forte. Ambos os processos revolucionários foram derrotados e ambos redundaram em regimes fascistas, de Hitler e de Franco. Mas há uma diferença importante: a classe operária alemã assistiu ao ascenso nazista “bestializada”, por assim dizer, enquanto que a classe operária espanhola pegou em armas contra o golpe fascista, fato que redundou no processo revolucionário propriamente falando. Expomos a situação destes dois países por ambos serem representantes ótimos para as duas distintas estratégias, que nos remetem à cisão da AIT, e assim, propor uma breve reflexão sobre os problemas e as possibilidades de cada uma destas estratégias, que seguem suas escaramuças dentro e fora do movimento operário, posto que a análise destes processos nos indica problemas arquetípicos destas teorias, respectivamente burocratização do movimento ou organização (como no caso do SPD) e incapacidade de derrotar a reação armada fascista ou fascistóide. A contraposição entre a Greve de Massas e a Greve geral é só mais um dentro múltiplos episódios da luta entre estes “irmãos gêmeos, irmãos inimigos”, na acertada colocação de Daniel Guérin (1980), ele mesmo um exemplar de *marxista anarquista*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKUNIN, M.; A política da Internacional in **O socialismo libertário**, SP: Global, 1979

<sup>17</sup> Entre 1918-1923, em vagas disformes, conforme propõe a professora Isabel Loureiro, op. cit.

<sup>18</sup> Entre 1936-1939. A Confederación Nacional Del Trabajo (CNT), chama uma greve geral contra o *pronunciamiento* de Franco, chefe das tropas espanholas no Marrocos, desatando o conflito armado

- \_\_\_\_\_ ; **O sistema capitalista**, SP: Faísca, 2007
- \_\_\_\_\_ ; **O socialismo libertário**, SP: Global, 1979
- \_\_\_\_\_ ; **Programa de la Sociedad de la Revolución Internacional [1868]**, disponível em <http://www.fondation-besnard.org/spip.php?article675>, acessado em 20/11/14
- \_\_\_\_\_ ; **Programa e objetivo da organização secreta revolucionária Irmandade Internacional**, disponível em [http://pt-br.prototype.wikia.com/wiki/Programa\\_e\\_Objeto\\_da\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_Secreta\\_Revolucion%C3%A1ria\\_Irmandade\\_Internacional](http://pt-br.prototype.wikia.com/wiki/Programa_e_Objeto_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_Secreta_Revolucion%C3%A1ria_Irmandade_Internacional), acessado em 20/11/2014
- \_\_\_\_\_ ; **Socialismo e liberdade**, SP: Luta Libertária, s.d.
- CORRÊA, F.; **A estratégia de massas de Neno Vasco**, disponível em <http://www.anarkismo.net/article/18792>, acessado em 20/11/2014
- DE JONG, R.; **A concepção libertária da transformação social revolucionária**, SP/RJ: Faísca/FARJ, 2008
- ENGELS, F.; *Os bakunistas em ação* in **O anarquismo e a democracia burguesa**, SP: Global, 1980, 2ª ed;
- FOUCAULT, M.; Nietzsche, a genealogia e a história in **Microfísica do Poder**, RJ: Graal, 2006, 36ª edição
- GUERIN, D.; **Rosa Luxemburg y la espontaneidad revolucionária**, Buenos Aires: Utopia Libertária
- \_\_\_\_\_ ; As idéias-força do anarquismo in MALATESTA, E. et al.; **O anarquismo e a democracia burguesa**, SP: Global, 1980, 2ª ed;
- GOLDMAN, E.; **Sindicalismo — sua teoria e prática**, Piracicaba: Ateneu Diego Gimenez, FOSP-COB-AIT, 2010
- KRIEGL, A.; **História de las Internacionales Obreras [1864-1943]**, Barcelona: Orbis, s.d.
- KROPOTKIN, P. **Sindicalismo e anarquismo**, Piracicaba: Ateneu Diego Gimenez, FOSP-COB-AIT, 2010
- LENIN, V.I.; **Sobre os sindicatos**, SP: Livramento, 1979
- LEVAL, G.; **Bakounine, fondateur du syndicalisme révolutionnaire**, disponível em [http://cnt-ait.info/article.php?id\\_article=1281](http://cnt-ait.info/article.php?id_article=1281), acessado em 20/11/14
- LUXEMBURGO, R.; **Greve de massas, partido e sindicato**, Coimbra: Centelha, 1974
- MALATESTA, E. et al; **O anarquismo e a democracia burguesa**, SP: Global, 1980, 2ª ed;
- MALATESTA, E., FABBRI, L.; **Anarco comunismo italiano**, SP: Luta Libertária, s/d
- MATHIAS, E.; Kautsky e o kautskismo: a função da ideologia na social-democracia alemã até a Primeira Guerra Mundial in **Karl Kautsky e o marxismo**, BH: Oficina de livros, 1988
- MATTICK, P. Karl Kautsky: de Marx à Hitler in **Karl Kautsky e o marxismo**, BH: Oficina de livros, 1988
- LOUREIRO, I.; **A revolução alemã [1918-1923]**, SP: UNESP, 2004
- POUGET, E.; **A sabotagem**, Compostela: CNT, 2011

\_\_\_\_\_ ; **La Confédération Générale du Travail [1910]**, disponível em <http://kropot.free.fr/Pouget-CGT.htm>, acessado em 20/11/14

\_\_\_\_\_ ; **La genèse de l'idée de grève générale [1904]**, disponível em [http://www.pelloutier.net/dossiers/dossiers.php?id\\_dossier=59](http://www.pelloutier.net/dossiers/dossiers.php?id_dossier=59), acessado 20/11/14

ROCKER, R.; **Anarco Sindicalismo [Teoria y practica]**, Barcelona: Picazo, 1978

RODRIGUES, E.; **ABC do sindicalismo revolucionário**, RJ: Achiamé, 2004

SINGER, P.; Apresentação in LUXEMBURG, R.; **A acumulação do capital**, SP: Nova Cultural, 1985, 2ª edição.